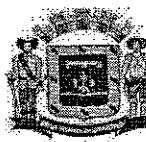




- Maria Bernadete dos Santos, Diretora Administrativa e Financeira da SMT de 07 de fevereiro de 2014 até 03 de junho de 2015;
- Patrícia Duarte dos Santos Alcovias, Diretora Administrativa e Financeira da SMT de 03 de junho de 2015 até 15 de agosto de 2016;
- Alexandre da Silva Kruk, Gerente de Apoio Administrativo de 03 de junho de 2015 até 19 de agosto de 2016;
- Fradique Machado de Miranda Dias, Chefe de Gabinete da SMT de junho de 2015 e março de 2016 e assumiu a Secretaria interinamente algumas vezes;
- André Luiz Gonçalves Azevedo, Diretor de Fiscalização de Trânsito de 03 de novembro de 2014 até 01 de agosto de 2016;
- Alfredo Luiz de Souza Júnior, Diretor de Fiscalização de Trânsito de 01 de agosto de 2016 até 01 de janeiro de 2017;
- Wander Alves de Aguiar, Gerente de Fiscalização de Trânsito de 03 de junho de 2015 até 01 de julho de 2016;
- Sylvio Roberto de Oliveira Dias, Gerente de Fiscalização de Trânsito de 01 de julho de 2016 até 01 de janeiro de 2017;



- Cleumar Antônio de Souza, sócio-proprietário da JBA Comercial Ltda;
- José Geraldo Fagundes Freire, Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade de 31 de janeiro de 2014 até 03 de junho de 2015;
- Andrey Sales de Souza de Campos, Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade de 03 de junho de 2015 até 01 de maio de 2016;
- Rejane dos Santos Batista, servidora que assinou alguns termos de liquidação das notas fiscais.

Os depoimentos estão anexos, na forma de arquivos digitais.

Todos os depoimentos serviram para confirmar que os produtos não foram entregues nas quantidades contratadas.

Primeiramente, o edital do pregão previu, expressamente, no item 1 do Termo de Referência que os cavaletes deveriam ser entregues no almoxarifado da SMT mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão. No mesmo sentido, preconizou os itens 7.2 e 7.3 do Contrato nº04/2015.

Os servidores foram uníssonos em afirmar que não há espaço para armazenar tantos produtos no almoxarifado. Os gestores (Diretores, Gerentes, Chefes e os Secretários) desconsideraram o edital e consentiram com supostas entregas nos Pontos Avançados, locais também sem espaço para acomodar grandes quantidades de cavaletes.



Os gerentes, diretores, chefes e ex-secretários afirmaram que os cavaletes teriam sido entregues, porém não há nenhum documento capaz de comprovar tal entrega.

José Carlos, chefe do almoxarifado, disse que recebeu no máximo 800 unidades e que dava entrada na mercadoria na medida em que as notas fiscais chegavam, uma vez que essa foi a orientação repassada pela Sra. Maria Bernadete e pelo Sr. Alexandre Kruk. Segundo José Carlos, seus superiores afirmavam que os produtos estavam sendo entregues diretamente nos PA's para agilizar a logística e ele acreditou nessa afirmativa, conforme declarações prestadas, "na boa fé".

No mesmo diapasão, os agentes responsáveis pelos PA's foram unânimes em afirmar que não haveria como acomodar tantos cavaletes nesses postos e que nunca receberam mais do que 250 (duzentas e cinquenta) unidades, rebatendo veementemente as alegações dos gestores.

André Luiz Gonçalves de Azevedo (Diretor de Fiscalização de Trânsito) e Wander Alves de Aguiar (Gerente de Fiscalização de Trânsito) disseram que receberam, em duas oportunidades, um pequeno caminhão que entregou no máximo 250 (duzentas e cinquenta) unidades.

Já o Sr. Alfredo Luiz de Sousa Júnior (Diretor de Fiscalização de Trânsito) afirmou que jamais viu tamanha quantidade de cavaletes na função de agente de trânsito e nem quando assumiu cargos de chefia na SMT. Asseverou que a demanda anual de cavaletes não chegaria a mil unidades.

Ademais, os responsáveis pelos PA's disseram que nunca se preocuparam com o controle de entrega desses produtos, visto que isso era encargo do almoxarifado.



O proprietário da JBA, Sr. Cleomar Antônio de Souza, no entanto, disse que entregou toda a quantidade descrita nas notas fiscais tanto nos PA's quanto no almoxarifado. Relatou que possuía comprovantes de entrega, mas após o pagamento da mercadoria destruiu esses documentos.

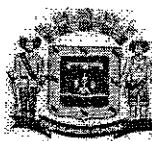
2.3.2 – Lançamento de mercadorias no sistema eletrônico de controle de estoque sem a efetiva entrega.

Modernos sistemas de informática existem para otimizar e melhorar os controles administrativos, cuja finalidade somente é alcançada com critérios e cuidados nos lançamentos das informações, sob pena de torná-los burocráticos, ineficazes, instrumentos para fraudes.

Em suas declarações, o servidor **JOSÉ CARLOS MARTINS** afirmou que foi convidado pela senhora **MARIA BERNADETE DOS SANTOS** para ocupar a função de chefe do almoxarifado naquela secretaria, reconhecendo perante à CEI que não tinha capacidade técnica para ocupar tal função.

a) Afirmações de JOSÉ CARLOS MARTINS sobre o fato investigado:

Questionado sobre como atestava o recebimento dos produtos, o senhor **JOSÉ CARLOS MARTINS** afirmou que em diversas ocasiões lançou no sistema notas fiscais sem ter conferido se realmente os produtos foram entregues na secretaria. Segundo José Carlos, a ordem



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

para realizar os lançamentos veio da Sra. Maria Bernadete e posteriormente do Sr. Alexandre Kruk, seus superiores hierárquicos. Asseverou que a entrada era feita gradativamente, não realizada em somente em um local e que ele fazia o lançamento no sistema mesmo não tendo averiguado se a quantidade adquirida pela secretaria havia sido entregue, ou seja, o lançamento era feito por amostragem.

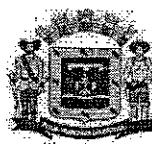
São suas as declarações abaixo:

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: O Senhor atestava, por exemplo, de forma geral os produtos que entravam ali? O Senhor tinha conhecimento sobre o que estava atestando?

O SENHOR JOSÉ CARLOS MARTINS: Não. Alguns materiais, quando chegavam lá, eu conferia. Mas, havia alguns materiais que não chegavam totalmente lá, e eu não sabia a totalidade.

Ademais, o senhor JOSÉ CARLOS MARTINS afirmou diversas vezes durante sua inquirição que o espaço físico na Secretaria era insuficiente para abrigar a quantidade de cavaletes descrita nas notas fiscais, asseverando que durante todo o período em que ocupou o cargo de Chefe de Almoxarifado apenas 800 cavaletes no local.

Segundo ele, os cavaletes eram entregues nos PAs (Postos Avançados) gradativamente e que em diversas ocasiões os agentes buscavam os produtos diretamente na sede da JBA, justamente por não haver espaço físico suficiente no almoxarifado. JOSÉ CARLOS afirmou que no almoxarifado cabiam no máximo 500 (quinhentos) cavaletes e nos PAs não caberiam 100 (cem) cavaletes.



JOHÉ CARLOS também confessou que deu entrada e saída de produtos no sistema, confiando na palavra de terceiro e que recebeu no máximo 800 cavaletes. O restante dos cavaletes foi lançado no sistema em obediência à ordem de seus superiores hierárquicos. Nestes termos, relatou:

O PRESIDENTE O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Mas, o Senhor chegou a dar entrada em alguma coisa da qual não tinha conhecimento?

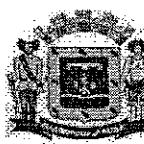
O SENHOR JOHÉ CARLOS MARTINS: Cheguei a dar. Cheguei a dar.

José Carlos Martins informou que, por ordem da diretoria e da gerência administrativa, incluiu no sistema 3.150 unidades, mesmo sem ter recebido todo o material do contrato com a JBA Comercial Ltda.

Questionado pelos vereadores, o servidor disse que não tem certeza se a SMT realmente recebeu o produto e que tomou conhecimento que os cavaletes eram entregues nas unidades de pronto atendimento e, em algumas ocasiões, os próprios agentes faziam a retirada na empresa fornecedora; não indicando o nome dos agentes mencionados.

b) Fatos e afirmações extraídas das declarações da Diretora de Administração e Finanças, Maria Bernadete dos Santos, sobre o fato investigado:

Diferentemente de José Carlos, Maria Bernadete dos Santos afirma que recebeu fisicamente alguns cavaletes, indicando, de forma genérica, nos termos transcritos “**DOIS MIL E POUcos CAVALETES**”. Assevera que o restante dos produtos foi entregue nos



PA's e que os agentes buscavam cavaletes na sede da empresa JBA, de forma aleatória e sem controle.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Sim. E quem... A Senhora concorda que quem atesta uma nota tem que ter a convicção de que foi entregue? A Senhora concorda?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Concordo.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: E por que a Senhora assinou 4.000 cavaletes sem saber se tinham ou não sido entregues?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Naquele momento, nós já havíamos gastado muitos cavaletes.

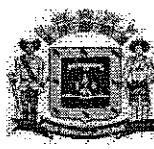
O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Mas, muito é o que para a Senhora? Quatro mil? É assim?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Uns 2.800, 3.000 cavaletes sim, por conta de eventos muito grandes e muitas corridas, uma atrás da outra.

Em seu depoimento, MARIA BERNADETE confirma que as mercadorias eram lançadas no sistema somente com a nota fiscal, razão pela qual juntava o máximo de requisições para alimentar o sistema, fato que se amolda ao afirmado pelo chefe do almoxarifado **Sr. José Carlos**. As afirmativas deixam clarividente que o procedimento irregular partia por determinação de Maria Bernadete.

Um dos fatos intrigantes nessa afirmação é que a nota fiscal nº1650, atestada por Maria Bernadete, indica a quantidade de 4.000 cavaletes. Todavia, a referida nota fiscal não foi lançada no sistema do almoxarifado, o que nos leva a seguinte indagação: Onde ela recebeu esses produtos, se eles não existem no sistema?

Outra afirmativa intrigante, refere-se à reflexão que a servidora fez de sua própria gestão, quando afirma que realmente havia uma desorganização no almoxarifado da SMT. Salienta que “era assustador o descontrole no almoxarifado” e que não era possível constatar a quantidade



que realmente foi entregue, ou seja, confirmou que atestava notas “no escuro”, sem ter certeza de que a mercadoria realmente havia sido entregue.

c) Afirmações feitas pelo senhor ALEXANDRE DA SILVA KRUK:

No dia 17 de abril de 2017, a Comissão Especial de Inquérito inquiriu o servidor **ALEXANDRE DA SILVA KRUK**, que exerceu a função de Gerente de Apoio Administrativo na Secretaria Municipal de Trânsito no período de 03/06/2015 até 19/08/2016.

Em relação aos 3150 cavaletes, supostamente entregues na SMT no período de 23/09/2015 a 09/06/2016, cujas Notas Fiscais (1725, 1764, 1848) foram atestadas pelo Gerente Administrativo Financeiro Alexandre Kruk; o depoente asseverou que informou ao chefe de almoxarifado Jose Carlos que os cavaletes haviam sido entregues de forma parcelada nos PAs, fato que justificava o lançamento no Sistema de Entrada. Todavia, ao ser questionado sobre as entregas nos PAs, não soube informar quem era responsável pelo recebimento.

Assumiu que a entrega ocorria com a nota, confirmando que os produtos eram entregues de forma gradativa, razão pela qual não havia controle e conferência no almoxarifado, ratificando as declarações de José Carlos. Eis a transcrição de parte de sua inquirição:

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Confirma, não é?

Estes cavaletes, quando o senhor atestou, o senhor verificou se estes cavaletes foram realmente entregues?

O SENHOR ALEXANDRE DA SILVA KRUK: Vereador, estes cavaletes eram entregues de forma gradativa, parcelados, não eram entregues



todos de uma vez, porque são cavaletes que são fabricados, então, não haveria nem como ser entregues todos de uma vez só. De forma usual, eles eram entregues no Almoxarifado, alguns, outros eram entregues nas PAs, pontos de apoio ou ponto avançado...

2.3.3 – NOTA FISCAL ATESTADA PELA SERVIDORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS NO PERÍODO EM QUE NÃO EXERCIA A FUNÇÃO DE DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SMT:

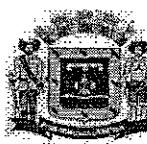
Maria Bernadete dos Santos foi Diretora Administrativa da SMT de 07/02/2014 a 03/06/2015.

Confirmou, durante o depoimento, que atestou a nota fiscal nº 1650, referente à entrega de 4000 cavaletes em 03/07/2015, quando já não mais exercia o cargo de Diretora Administrativa e Financeira da SMT. Em seu depoimento, afirmou que não **TINHA CERTEZA SE TODO O MATERIAL HAVIA SIDO ENTREGUE**, nos seguintes termos:

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: A Senhora tem conhecimento sobre essa questão da aquisição dos 7.150 cavaletes?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Vereador, eu tenho conhecimento dos 4.000 cavaletes, que é a primeira nota que está atestada por mim. Até então,... Eu já estava no IMAS (Instituto Municipal de Assistência a Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia), quando a nota foi levada até mim para ela poder ser atestada.

A nota fiscal nº 1.650 foi emitida em 03 de julho de 2015, um mês após a Sra. Maria Bernadete deixar a Diretoria de Administração e Finanças da SMT.



No período em que a nota surgiu, ela já estava lotada no Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Município de Goiânia – IMAS, logo não teria atribuições, nem capacidade jurídica para atestar a nota fiscal.

Ademais, a Ordem de Fornecimento que gerou a emissão da referida nota fiscal foi emitida no dia 26 de junho de 2015 e foi assinada por Patrícia Duarte Santos Alcovias, sucessora de Maria Bernadete.

O fato da Ordem de Fornecimento não ter sido assinada por Maria Bernadete revela o caráter precário desses documentos, indicando fraude na entrega dos 4.000 cavaletes.

MARIA BERNADETE confessou que a nota foi atestada após sua saída da secretaria e que o documento foi enviado ao IMAS para ela atestar. Questionada sobre a legalidade desse procedimento, relatou que um motorista, cujo nome desconhece, levou a nota até o IMAS, indicando a necessidade de seus atesto. Pelo fato da entregas de cavaletes ter ocorrido no período de sua gestão, resolveu assinar e atestar a Nota Fiscal para que o pagamento à empresa fosse concretizado.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Sim. Mas, quem levou a nota?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Eu não sei. Eu acho que foi um motorista que eles mandaram levar para mim lá num envelope.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Sim. Mas, quem conversou com a Senhora que tinham entregado esses 4.000 cavaletes?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Ninguém. Mandaram lá para eu assinar e eu assinei.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Pois é. Mas, a Senhora tem o hábito de assinar nota assim, sem verificar?

A SENHORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS: Foi assim,... Eu sabia que nós tínhamos gastado muitos cavaletes sim.

O SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ELIAS VAZ: Sim. Mas, a Senhora sabia... O contrato foi assinado no final de maio.